Relatório de Gestão do Conselho de Administração e Contas referentes ao exercício de 2010

da

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.

Pessoa Colectiva nº 500 201 307
Capital Social: 30.000.000 EUROS
Sede:
Rua Alexandre Herculano, nº 8 e 8 A
2795-010 LINDA-A-VELHA
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais - Oeiras

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, o Conselho de Administração da Nestlé Portugal, S.A. vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

1. SITUAÇÃO MACRO-ECONÓMICA ENVOLVENTE

A Economia Mundial voltou a crescer em 2010. Por um lado, a Zona Euro regressou a valores de crescimento positivos assim como os EUA. Por outro lado, as economias emergentes mantiveram índices de crescimento elevados devido às actividades domésticas, aos estímulos monetários e à concessão de crédito.

Como facto importante, devemos referir que o Ano de 2010 foi marcado pelo agravamento do risco da dívida soberana nos países periféricos da Zona Euro, pelos desequilíbrios das contas públicas e pelas dificuldades do sector financeiro, obrigando os respectivos Governos a adoptarem, várias vezes, medidas de consolidação orçamental visando a redução da despesa pública e os aumentos das receitas fiscais.

Em Portugal, o PIB cresceu 1,2% em 2010, depois de ter caído 2,6% em 2009. Este crescimento deveu-se, principalmente, ao crescimento das exportações líquidas, dos consumos público e privado (estes nos 2 primeiros trimestres), embora tenha sido influenciado negativamente pelo Investimento.

A Taxa de Desemprego voltou a crescer em 2010 chegando aos 2 dígitos e perto dos 11,1% (7,6 % em 2008 e 9,5 % em 2009).

O Mercado de Capitais Português caracterizou-se em 2010 por uma quebra de 5,4% na capitalização bolsista face a 2009, tendo o segmento obrigacionista crescido 86,8% e o segmento accionista caído 21,7%. O PSI 20 teve uma quebra de 10,3% e o Índice de Volatilidade passou de 18,43% em 2009 para 23,29% em 2010.

No Mercado Monetário Euro as taxas de juro Euribor em 2010 aumentaram ligeiramente - 33, 31, 23 e 26 pontos base para os prazos de 1, 3, 6 e 12 meses, respectivamente.

Relativamente à evolução da inflação, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português, este registou em 2010 uma taxa de variação média positiva de 1,4% (-0,9% em 2009), claramente influenciada pelo impacto de efeitos base relacionados com a evolução dos preços dos bens energéticos e dos bens alimentares não transformados em 2010.

2. ACTIVIDADE DA SOCIEDADE

O ambiente geral de crise teve um impacto na evolução dos Negócios em 2010. A redução do consumo privado em Portugal, a par da proliferação das lojas "discount" e da competitividade das marcas próprias e das marcas de primeiro preço provocaram dificuldades acrescidas ao crescimento económico no sector alimentar.

Não obstante esta tendência, reforçou-se a estratégia de inovação e melhoria qualitativa dos produtos comercializados pela Nestlé Portugal, baseada na introdução de novos conceitos para as diversas categorias de produtos, com uma contínua aposta nas gamas de produtos Premium e também uma atenção especial aos produtos de gama económica denominados produtos "populares".

Esta estratégia de foco na inovação e a qualidade, bem como a promoção de acções e práticas de segurança e educação alimentar, cujos reflexos estão bem patentes na notoriedade das nossas marcas, permitiram, não obstante o contexto adverso, sustentar o crescimento das nossas vendas e um aumento de quota de mercado no conjunto dos nossos negócios.

"*Reforçar a nossa Liderança no mercado da Alimentação em Portugal*" e ser reconhecida como a "*Companhia em Nutrição, Saúde e Bem-estar*" continua a ser a visão da Nestlé em Portugal.

A Nestlé em Portugal tem um compromisso estabelecido com a Criação de Valor Partilhado como agente responsável da sociedade em Portugal. Por esta razão, mais uma vez a companhia incrementou os níveis de investimento, criou emprego e manteve iniciativas de promoção e sensibilização acerca da importância da Nutrição e estilos de vida saudáveis. Do mesmo modo, reduziu os consumos de água e CO2 e lançou várias iniciativas enfocadas na reciclagem das embalagens dos seus produtos.

Em termos nominais, a evolução da actividade da sociedade foi mais uma vez positiva, com crescimento em vendas e melhoria da rentabilidade.

No Canal Retalho, destacamos a continuação do sucesso alcançado com o desenvolvimento do sistema de bebidas NESTLÉ DOLCE GUSTO, assim como lançamento do DIRECTO AO FORNO, que conjuntamente com o grande crescimento de quota nos negócios de PURINA, CEREAIS PEQUENO ALMOCO e NUTRICAO permitiram o reforço da nossa liderança alimentar.

No negócio NESPRESSO, manteve-se a dinâmica de crescimento dos três últimos anos, como demonstra o alargamento da rede de lojas a nível nacional e o reforço da sua posição como marca de referência de café de alta qualidade.

Relativamente aos negócios de fora de lar, como seja o negocio de CAFES TORRADOS, GELADOS, NESTLE WATERS e PROFESSIONAL foram atingidos os crescimentos de vendas num canal especialmente afectado pela crise.

O volume liquído de negócios em 2010 ascendeu a 437.898 milhares de euros, o que representa um aumento de cerca de 3,7% em relação ao ano de 2009.

Foi dada continuidade a importantes projectos ao nível do Grupo Nestlé com o objectivo de permitirem responder aos desafios e às novas realidades de um mercado em constante evolução.

3. EVOLUÇÃO DAS VENDAS

As vendas realizadas pela empresa durante o exercício de 2010 atingiram o montante de 431.030 milhares de euros, o que representa um aumento de 3,7% face a 2009.

As categorias de produto que registaram um crescimento mais significativo relativamente ao ano anterior foram a categoria de bebidas quentes, através das marcas DOLCE GUSTO e NESPRESSO, a categoria de *Pet Food*, representada pela Nestlé PURINA PetCaree, os produtos culinários com MAGGI DIRECTO AO FORNO, a categoria de Gelados e de Nutricao Clinica.

De salientar que as transmissões intracomunitárias e as exportações, em face do contexto económico difícil vivido ao longo de 2010, foram um dos pilares fundamentais para manter a competitividade das nossas fábricas em Portugal, tendo ascendido a cerca de 47.990 milhares de euros, representando um aumento de 2,9% face a 2009.

As vendas nacionais tiveram um comportamento francamente positivo, registando-se 383.040 milhares de euros, o que representa um aumento de 3,9% face a 2009.

4. INVESTIMENTOS

Em conformidade com as orientações estratégicas da sociedade, os investimentos realizados durante o exercício de 2010 ascenderam a 15.286 milhares de euros, sendo 9.241 para as áreas de Vendas e Distribuição, 4.501 para a área da Produção e 1.544 nas áreas relacionadas com Sistemas de Informação e Administração.

Na área de produção, destacamos os investimentos efectuados na Fábrica de Avanca para melhoria das infra-estruturas fabris, nomeadamente a aquisição de novos equipamentos.

5. RECURSOS HUMANOS

Durante o ano de 2010, o número médio de colaboradores ao serviço da empresa foi de 1.475 representando um aumento significativo face a 2009 – mais 54 colaboradores.

Continuou-se a promover, no exercício em análise, a valorização dos recursos humanos, nomeadamente através do aprofundamento da política de formação e desenvolvimento profissional.

Os ganhos de produtividade permitiram manter a política de melhoria das condições dos nossos colaboradores tendo o aumento salarial médio superado a inflação registada no ano.

Investimos o valor de 793 mil euros em acções de formação que abrangeram praticamente a totalidade do universo de Colaboradores da sociedade.

6. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

A sociedade não tem em mora qualquer dívida perante a Administração Fiscal, a Segurança Social ou qualquer outra entidade pública.

7. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Após o encerramento do exercício do ano 2010 não ocorreram quaisquer factos relevantes susceptíveis de alterar significativamente a situação financeira da Empresa ou os resultados aqui

apresentados. Sem prejuízo, após a data do Balanço, ocorreu uma alteração ao Fundo de Pensões, a qual se encontra devidamente espelhada nas nossas Demonstrações Financeiras e Anexo. Os resultados espelham a consistência dos critérios e princípios contabilísticos adoptados durante o exercício e as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), segundo o decreto - lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

As vendas líquidas e as prestações de serviços totalizaram 437.898 milhares de euros, o que constituiu um aumento de 15.896 milhares de euros face a 2009.

Os resultados operacionais atingiram o montante de 35.003 milhares de euros contra 30.545 milhares de euros em 2009, reforçado pelo acréscimo das nossas vendas e uma serie de medidas dirigidas a gestão eficiente dos nossos recursos

O resultado líquido do exercício, positivo, de 24.638 milhares de euros, representa um acréscimo de 2.547 milhares de euros em relação ao exercício de 2009, em consequência dos melhores resultados operacionais atingidos.
O resultado líquido do exercício decompõe-se da seguinte forma:

Resultados operacionais	35.003 mEur
Resultados financeiros	(645) mEur
Imposto sobre rendº exercício	(9.720) mEur
Resultado líquido	24.638 mEur

8. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

O plano estratégico para a Nestlé Portugal, discutido e aprovado ao longo do ano de 2010, aposta na inovação, diferenciação e capacidade dos recursos humanos, com vista ao reforço da sua presença num sector tão competitivo e dinâmico como o alimentar.

Para alcançar este objectivo, a sociedade aposta em decisões estratégicas a médio e longo prazo e na realização de investimentos considerados adequados, com vista à optimização das operações, ao crescimento do negócio, à manutenção do nível de eficiência dos recursos disponíveis e à melhoria contínua da qualidade dos produtos que colocamos no mercado, tudo para maior satisfação dos nossos consumidores.

Os resultados e a solidez financeira da empresa nos últimos anos indiciam que se continuarão a alcançar os objectivos oportunamente traçados, acreditando-se que os indicadores de crescimento e os resultados da sociedade no próximo exercício continuem a ser positivos, como previsto no respectivo plano operacional.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício, que ascende a Eur 24.637.934,31 seja transferido para Resultados Transitados.

10. NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da actividade da Empresa, designadamente Clientes, Fornecedores, Consultores, Instituições Financeiras e demais Entidades Públicas e Privadas.

O Conselho de Administração expressa ainda o seu reconhecimento a todos os Colaboradores da Empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo.

Linda-a-Velha, 29 de Julho de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bernard M. J. Meunier – Presidente
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios - Administrador Delegado
Jorge Olalde Fernández de Betoño – Administrador
Juan Jose Aranols Campillo – Administrador
Fernando Revuelta Laso - Administrador

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Nestlé Portugal, S.A., ("Nestlé Portugal" ou "Empresa/Sociedade") é uma sociedade anónima constituída em Avanca em 10 de Março de 1923, com sede em Linda-a-Velha. A Empresa tem como actividade principal a fabricação, importação e comercialização de produtos alimentares. A Empresa é detida integralmente pela Nestlé España, S.A. com sede social em Avd. Paisos Catalons, 8950 – Esplugues de Llobregat, Espanha.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Conselho de Administração*, na reunião de 29 de Julho de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Accionistas*, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1– Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Nestlé Portugal S.A., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual. Aplicáveis ao período findo em 31/12/2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de Dezembro de 2009.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Sociedade.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

2.4 - Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") – divulgação transitória:

A Nestlé Portugal, S.A. adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

A Sociedade alterou as demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com anterior referencial contabilístico em vigor em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade – "POC"), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2010. Não foram alteradas quaisquer estimativas contabilísticas, nem corrigidos (nem detectados) quaisquer erros.

A transição para as NCRF resultou nas seguintes alterações:

a) A Participação financeira que a sociedade detinha à data da transição (1/1/2009) na Nestlé Waters Portugal de 38,14%, em virtude da liquidação desta em Dezembro de 2009, foi apresentada como uma operação descontinuada.

b) A Participação financeira que a sociedade detêm na Prolacto, - Lacticinios de S. Miguel, S.A. passou a estar mensurada pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

c) O activo referente aos custos com serviços passados (fundo pensões) que de acordo com o normativo anterior (POC) vinha sendo diferido e reconhecido em resultados de uma forma anual, foi na data da transição desreconhecido na sua totalidade por contrapartida de resultados transitados.

d) Foram registadas perdas por imparidade referentes a activos fixos tangíveis obsoletos e ou pertencentes a linhas de produção descontinuadas, pelo seu montante não recuperável.

e) A Nestlé Portugal optou por mensurar a classe de activos "terrenos", na data de transição para as NCRF, pelo seu justo valor e usar esse justo valor como custo considerado nessa data..

f) A Nestlé Portugal reconheceu na data da transição para as NCRF o passivo financeiro referente à sua responsabilidade com o pagamento em acções (MSOP/RSUP) por parte da casa mãe (Nestlé Suíça), aos Quadros principais da sociedade e de acordo com a política de Recursos Humanos do Grupo Nestlé.

g) A Nestlé Portugal regista no seu activo a licença atribuída pelo Estado referente à emissão de gases CO2.

h) A Sociedade reclassificou o passivo referente aos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado para Capital na rubrica "outras variações no capital próprio".

i) Foram reclassificados para dívidas a receber (Clientes) os saldos afectos ao negócio de cafés torrados (máquinas de cafés moinhos e afins) que no referencial POC eram reconhecidos como imobilizações.

j) A Sociedade reclassificou os ganhos e perdas actuariais, que em POC haviam sido registados na demonstração de resultados, para Capital próprio na rubrica "outras variações no capital próprio".

k) As vendas e serviços prestados são apresentados líquidos de quaisquer descontos atribuídos aos clientes o que provocou uma reclassificação nesta rubrica por contrapartida de fornecimentos e serviços externos e de juros e gastos similares suportados. Este conceito internamente é denominado "Net Net Sales".

Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados.

As reclassificações mencionadas provocaram alterações no balanço (e, consequentemente nos capitais próprios) a 1 de Janeiro de 2009 e no balanço (e, consequentemente, nos capitais próprios) a 31 de Janeiro de 2009.

Reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2009:

Rubrica	01-01-2009	31-12-2009
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	**220.275.345**	**117.239.932**
a) NWPortugal	(1.384.378)	-
b) MEP Prolacto	9.262.532	5.367.202
c) Custos com serviços passados - Pensões	(858.950)	(805.266)
d) Imparidades	(75.990)	(48.704)
e) Activos fixos tangiveis	14.868.702	14.226.164
f) MSOP/RSUP	(1.322.682)	(893.349)
g) CO2	119.843	-
h) Subsidios	2.748	2.748
Ajustamento total ao capital próprio	20.611.824	17.848.795
Capital próprio de acordo com as NCRF	240.887.169	135.088.727

Reconciliação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009:

	Periodo findo em 31-12-2009 (data do último relato em POC)
De acordo com o anterior referencial contabilístico	22.659.075
a) NWPortugal	1.384.378
b) MEP Prolacto	(3.770.612)
c) Custos com serviços passados - Pensões	53.684
d) Imparidades	27.286
e) Activos fixos tangíveis	(643.334)
f) MSOP/RSUP	429.333
j) Fundo pensões "perdas e ganhos actuariais"	1.951.314
Efeito total	(567.951)
De acordo com as NCRF	22.091.124

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível e pela aplicação do modelo do custo considerado no que se refere à mensuração dos terrenos. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.3.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

3.2.1 Activos fixos tangíveis

Com excepção do mencionado nos parágrafos seguintes, os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na data da transição para as NCRF, a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (quando aplicável) determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Na data de transição para as NCRF o custo considerado para a rubrica "terrenos", foi suportado por avaliações efectuadas e aplicadas a todas as instalações com excepção das instalações detidas para venda à data de relato (armazém da Pedrulha e armazém da Guia), bem como as instalações da fábrica e do centro de distribuição de Avanca (tendo em conta que são instalações muito antigas e em processo de reorganização de cadernetas prediais). Para os activos totalmente depreciados em POC o custo considerado foi a nossa melhor estimativa, considerando as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus activos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", excepto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas directamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respectivo ao activo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A Nestlé Portugal deprecia os seus activos de acordo com as vidas úteis do Grupo Nestlé (Nestlé Accounting Standards) que correspondem à melhor estimativa da Empresa.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Edificios e outras construções	20 a 30
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangiveis	3 a 10

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

3.2.2. Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo rendimento financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Sociedade não tem registados à data contratos de locação financeira, como locatário.

3.2.3. Activos intangíveis

A Empresa reconhece um activo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com actividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. Nas licenças de emissão de CO2 a vida útil estimada é de acordo com os consumos efectivos ocorridos durante o período.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Programas de computador	3 a 5
Propriedade industrial	2 a 20
Outros activos intagiveis:	
- Licenças emissão CO2	de acordo com o consumo

3.2.4. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflicta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de " Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.5. Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre

as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.
A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

O goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é

actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.
A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

O goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

3.2.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual). O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respectiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários, a existirem, são registadas na rubrica da demonstração de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões) ".

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais. Em cada data de relato a empresa verifica se o custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O método de custeio das saídas de inventários adoptado pela Sociedade é o custo médio.

3.2.7. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os gastos/abatimentos e descontos em vendas ("TTS – Total Trade Spend") contratualizados nos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com clientes são registados no período contratualizado e deduzidos às vendas desse período e consequentemente reconhecidos como menos dívida de clientes em balanço.

b) Caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos bancários englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos outros activos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem dividas ao Estado e outras contas a pagar são geralmente registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A sociedade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.
A sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes financiamentos não difere substancialmente do valor nominal.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, *comissões bancárias ou imposto do selo*, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

3.2.8. Contabilidade de Cobertura

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.
Os instrumentos financeiros derivados, que cumprem os critérios de contabilidade de cobertura, reconhecem-se inicialmente pelo seu justo valor, acrescidos, quando aplicável de todos os custos inerentes à sua transacção e que são atribuídos directamente à aquisição dos mesmos ou menos, se for o caso, aos custos de transacção que são directamente atribuíveis à emissão dos mesmos.

No inicio da cobertura, a Sociedade designa e documenta formalmente as relações de cobertura, assim como o objectivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura, só se aplica quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz desde o inicio da cobertura e nos períodos seguintes para conseguir compensar as alterações do justo valor ou os fluxos de caixa atri-

buíveis ao risco coberto, durante o período para o qual se tenha a mesma (análise prospectiva) e a eficácia real, que pode ser determinada com fiabilidade, dentro de um intervalo de 80-125% (análise retrospectiva).

Para efeitos do seu registo e valorização, as operações de cobertura realizadas pela Sociedade no período de 2010 classificam-se como de cobertura de fluxos de caixa.

Além disso, a cobertura dos fluxos de caixa das operações previstas, a Sociedade avalia se essas transacções são altamente prováveis e se a exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados do período.

A Sociedade possui instrumentos financeiros de cobertura, basicamente, contratos de futuros e opções para cobrir o risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas e contratos futuros que cobrem os riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro onde opera. A Sociedade avalia, no momento da contratação e periodicamente se os contratos devem ser reconhecidos como instrumentos financeiros derivados. Para este efeito, a sociedade tem um controle e registo separado dos contratos que satisfaçam as condições para não serem classificados como instrumentos financeiros derivados e aqueles que devem ser considerados como de negociação.

Estes derivados de cobertura de fluxos de caixa são avaliados a valor de mercado na data da contratação. As alterações subsequentes no valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada eficaz são reconhecidos em Capital próprio "Outras reservas," não se reconhecendo como resultados até que os ganhos ou perdas das operações abrangidas sejam registadas em resultados, ou até a data de vencimento das operações. A parte da cobertura que se considere ineficaz, assim como ao componente específico do ganho ou perda ou fluxos de caixa relacionados com instrumentos de cobertura, excluídos da avaliação da eficácia da cobertura, são reconhecidas a partir do momento da alteração do valor justo dos instrumentos financeiros.
A Sociedade interrompe a contabilidade de cobertura prospectivamente quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, terminado ou exercido, a cobertura deixa de cumprir as condições para a contabilidade de cobertura ou a Sociedade revogar a designação. A substituição ou renovação sucessiva de um instrumento de cobertura por outro, não é um término ou rescisão, desde que faça parte da estratégia de cobertura documentada. Nestes casos, o valor acumulado em Capital próprio não é reconhecido no resultado até que a transacção prevista ocorra. Não obstante os montantes acumulados em Capital próprio são reclassificados em resultados a partir do momento em que a sociedade não espera que a transacção prevista se vá concretizar.

3.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Sociedade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Sociedade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiávelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a sociedade; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiávelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiávelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiávelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiávelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiávelmente mensurada; e,
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiávelmente mensurados."

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são

registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa..O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os activos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.
Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

O grupo de sociedades que compõe o Grupo Nestlé Portugal optou, por comunicação de 11 de Fevereiro de 2005 à Direcção-Geral dos Impostos, nos termos do n.º 7 do artigo n.º 63 do CIRC, pela aplicação do RETGS, válida para cinco períodos, de 2005 até 2009, a qual se prorroga entretanto de forma automática.

3.2.11. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da sociedade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são actualizados às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transacções em moeda estrangeira e as resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas. No período em relato não foram registadas operações cuja moeda não tenha sido o euro.

3.2.12. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.2.13. Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

3.2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

A Empresa constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:

- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afectadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afectados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afectados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios directos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as actividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de retreinar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de activos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de activos for vista como parte da reestruturação.

3.2.15. Benefícios dos empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respectivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um activo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

a) Planos de participação nos lucros e bónus

A Empresa reconhece o gasto esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando, tem uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

b) Planos pós-emprego de benefícios definidos

Os planos de pensões existentes na Empresa correspondem, até 31 de Dezembro de 2010, a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma. O plano de Pensões em vigor, de que são beneficiários os trabalhadores activos e reformados do Grupo Nestlé, teve início em 30 de Novembro de 1988, tendo o contrato constitutivo do fundo sofrido alterações posteriores.

A Sociedade alterou (para os colaboradores activos) o seu plano de benefício definido para um plano de contribuição definida à data de 1 de Janeiro de 2011.

As responsabilidades da Empresa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.
O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha recta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas actuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos activos do plano.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.
A Empresa reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Para fazer face às responsabilidades com o plano de Pensões, a Empresa tem constituído um Fundo de Pensões em conjunto com a empresa (do Grupo) Prolacto – Lacticínios de S. Miguel, S.A., gerido por uma entidade externa e independente (PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.).

As responsabilidades pelos pagamentos acima referidos são calculadas com base em estudos actuariais, efectuados pela sociedade gestora atrás indicada, sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

Os pressupostos actuariais de base à avaliação das responsabilidades da Empresa com complementos de reforma, reportados à data do Balanço, traduzem-se nas seguintes taxas reais de actualização:

Uma rentabilidade real de longo prazo de 4,5%,
Uma taxa de crescimento dos salários de 3,25% até aos 55 anos e 2,50% até à idade de reforma
Uma taxa de crescimento das pensões de 2,00% em 2010 e nos anos seguintes.

Estes pressupostos financeiros são considerados ajustados ao plano de benefícios em vigor e a um cenário que se prevê de equilíbrio e estabilidade no longo prazo.

3.2.16. Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através de do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.2.17. Activos e Passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.
Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.
Os activos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.
Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.
Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.
Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Sociedade divulga o respectivo passivo contingente.

3.2.18. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.
Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.
Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.
Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.
Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.
Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

3.2.19. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.
As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados repor-

tados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

3.3.1. Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis

a) Activos fixos tangíveis

Os activos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês seguinte à data da entrada em funcionamento do activo. A Empresa faz uma revisão á vida útil a ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

b) Activos fixos intangíveis

A Empresa avalia para cada activo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um activo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. A Empresa faz uma revisão à vida útil, ao método de amortização dos activos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

3.3.2. Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

3.3.3. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3.4. Imparidade dos activos não correntes

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.
Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

3.3.5. Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.3.6. Estimativa de valores futuros a creditar a clientes no âmbito dos acordos comerciais

Os acordos comerciais ("TTS") cuja contratualização é efectuada percentualmente são reconhecidos na demonstração de resultados como menos venda no momento da facturação dessa venda. Os acordos cuja base contratualizada é por montante e não por percentagem ("Lump Sum") são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período do contrato embora ambos os acordos sejam deduzidos às dívidas de clientes a receber. Devido à incerteza do mercado e ao prolongamento / renegociação de alguns acordos, existe a necessidade de regista alguns acordos recorrendo a estimativas. Deste processo não são esperados ajustamentos materiais nas demonstrações financeiras do ano seguinte.

3.3.7. Imparidade de inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efectuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade de inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.3.8. Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.
Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.
O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

3.3.9. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Sociedade situações que coloquem em causa a continuidade do mesmo.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso

4.2 Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 detalham-se no mapa seguinte:

	2010	2009
Numerário	33.238	22.557
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Millennium BCP	2.895	12.108.588
Santander Totta	5.511.202	-
BPI	1.793	1.421.293
Citibank	95.523	59.008
BBVA	166	217
Cash pooling c/ Nestlé Espanha	6.687.279	-
	12.332.095	13.611.664
Descobertos bancários: Millennium BCP	(891.388)	(40.269.641)
Cash pooling c/ Nestlé Espanha	(37.368.865)	-
	(38.260.254)	(40.269.641)

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2010

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	15.305.610	72.563.387	102.796.735	2.257.864	35.389.557	56.313.444	2.462.106	287.088.701
Aquisições	-	1.710.632	5.126.970	489	1.353.436	4.446.365	3.117.742	15.755.634
Alienações	-	-	-	(125.448)	(87.788)	(8.325)	-	(221.561)
Transferências	(52.954)	(850.735)	1.015.558	-	346.198	885.257	(2.006.451)	(663.127)
Abates	(53.056)	(60.836)	(187.543)	(22.062)	(1.627.353)	(5.677.485)	-	(7.628.335)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	(2.062)	-	(2.062)
Saldo final	15.199.600	73.362.448	108.751.719	2.110.843	35.374.049	55.957.194	3.573.397	294.329.250
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	63.182	47.584.225	80.095.781	2.257.568	31.180.653	50.130.258	-	211.311.668
Amortizações do exercício	-	1.905.659	2.973.218	297	2.325.965	2.048.449	-	9.253.588
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	1.653	305.757	-	307.410
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	(125.448)	(87.788)	(6.656)	-	(219.892)
Transferências	-	(297.491)	(51.457)	-	-	-	-	(348.947)
Abates	(53.056)	(60.836)	(160.486)	(22.062)	(1.618.426)	(5.529.894)	-	(7.444.759)
Outras variações	-	-	-	-	2.968	(946)	-	2.022
Saldo final	10.126	49.131.557	82.857.057	2.110.356	31.805.025	46.946.968	-	212.861.089
Activos líquidos	15.189.474	24.230.891	25.894.662	488	3.569.025	9.010.226	3.573.397	81.468.161

2009

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	6.056.760	63.111.111	93.960.960	2.390.947	36.474.910	60.538.956	5.697.954	268.231.598
Aquisições	-	1.694.432	4.958.658	537	748.134	5.054.550	1.942.694	14.399.005
Alienações	-	-	(1.181.497)	(41.183)	(7.675)	(53.965)	-	(1.284.320)
Transferências	(28.216)	340.563	3.270.267	-	991.898	478.046	(5.165.659)	(113.101)
Abates	-	(4.969)	(2.097.111)	(92.437)	(3.501.259)	(372.334)	(12.883)	(6.080.993)
Revalorizações	9.277.067	-	-	-	-	-	-	9.277.067
Outras variações	-	7.422.250	3.885.457	-	683.550	(9.331.809)	-	2.659.447
Saldo final	15.305.610	72.563.387	102.796.735	2.257.864	35.389.557	56.313.444	2.462.106	287.088.702
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	71.083	45.655.365	79.940.913	2.390.485	33.048.853	51.105.161	-	212.211.860
Amortizações do exercício	-	1.889.302	3.956.823	795	1.682.509	4.087.488	-	11.616.917
Perdas por imparidade do exercício	-	68.654	33.020	-	1.548	166	-	103.388
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(1.179.076)	(41.183)	(6.598)	(29.858)	-	(1.256.715)
Transferências	(7.901)	(24.129)	(29.030)	-	(135)	11.430	-	(49.763)
Abates	-	(4.967)	(2.096.372)	(92.437)	(3.499.438)	(350.855)	-	(6.044.070)
Outras variações	-	-	(530.498)	(91)	(46.086)	(4.693.273)	-	(5.269.948)
Saldo final	63.182	47.584.225	80.095.781	2.257.568	31.180.653	50.130.258	-	211.311.668
Activos líquidos	15.242.428	24.979.162	22.700.953	295	4.208.904	6.183.186	2.462.106	75.777.034

Na rubrica transferências o saldo apresentado corresponde a instalações que foram reclassificadas para activos não correntes detidos para venda.

A 31 de Dezembro de 2010 os compromissos contratuais para a aquisição de activos fixos tangíveis ascendem a 3.573.397 euros (2009: 2.462.106 euros), apresentados na rubrica de Activos fixos tangíveis em curso.

No decorrer do período de 2010, o valor dos gastos incorridos com estes activos foi de 4.969.166 euros (2009: 4.833.125 euros), estando registados na rubrica "conservação e reparação" da demonstração dos resultados.

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica investimentos de carácter ambiental que ascendem a 1.040.000 euros.

Decomposição da rubrica de activos não correntes detidos para venda (valores em euros):

2010			
Activo	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor liquido
- Armazem da Pedrulha em Coimbra	184.624	55.855	128.769
- Armazem da Guia em Albufeira	478.504	293.093	185.411
Saldo final	663.127	348.947	314.180

2009			
Activo	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor liquido
- Casa Tristão Vaz "Restelo	113.101	49.763	63.338
Saldo final	113.101	49.763	63.338

Decorrente do referido na nota 3.2.1 (custo considerado) a data de eficácia da revalorização dos terrenos é 1 de Janeiro de 2009, tendo estado envolvido um avaliador independente. O justo valor dos bens foi determinado por referência a preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes.
Desta forma a Empresa apresenta na rubrica de excedentes de reavaliação dos terrenos o montante de 9.277.066 euros (ver Nota 14).

	Excedente de revalorização
Saldo no início do período	9.277.066
Revalorizações do período	-
Depreciações e imparidades	-
Alienações e abates	-
Outros movimentos	-
Saldo no final do período	9.277.066

A data de eficácia da revalorização dos activos totalmente depreciados na data de transição é de 1 de Janeiro de 2009, não tendo estado envolvido um avaliador independente. O custo considerado foi determinado mediante as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus activos, o qual consideramos ser a melhor estimativa do seu justo valor na data de transição.

Adicionalmente, os activos fixos tangíveis incluem:

- Reavaliações efectuadas, antes da data de transição, ao abrigo de diplomas legais no montante líquido de 7.938.923 euros; e,

- O custo considerado dos activos totalmente depreciados em POC, no montante de 10.120.000 euros líquido de depreciações.

Ambos estes montantes encontram-se registados em resultados transitados, sendo que o seu valor não está disponível para distribuição aos accionistas.

No decurso do período, a Sociedade procedeu à avaliação da quantia recuperável dos activos fixos relativos ao negócio de gelados, incluindo as "arcas de gelados" por alteração do modelo do próprio negócio em Portugal, tendo registado as seguintes situações de perdas por imparidade:

	Perdas acumuladas 01-01-2009	Perdas do exercício	Perdas acumuladas 31-12-2009	Perdas do exercício	Perdas acumuladas 31-12-2010
Edifícios e outras construções	-	68.654	68.654	-	68.654
Equipamento básico	-	33.020	33.020	-	33.020
Outros activos tangíveis	-	1.714	1.714	307.410	309.123
	-	103.388	103.388	307.410	410.798

6 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31/12/2010 3 31/12/2009 a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias bem como empilhadores, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31/12/2010 e 31/12/2009 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2010	2009
Até 1 ano	2.200.184	2.897.312
Entre 1 ano e 5 anos	2.674.711	2.036.288
	4.874.895	4.933.600

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos períodos findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2010	2009
Pagamentos mínimos	3.695.516	3.542.658
	3.695.516	3.542.658

Locações financeiras

O valor presente dos pagamentos mínimos de locação são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2010	2009
Até 1 ano	1.005.003	1.340.825
Entre 1 ano e 5 anos	1.775.717	2.685.695
A mais de 5 anos	2.141	96.049
	2.782.860	4.122.569

7 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 o movimento ocorrido no montante dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2010

	Trespasses Goodwill	Programas computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activos					
Saldo inicial	249.399	26.361.863	10.408.736	395.968	37.415.966
Aquisições	-	-	9.898.726	-	9.898.726
Abates	(249.399)	-	(325.967)	-	(575.366)
Outras variações	-	-	-	241.987	241.987
Saldo final	-	26.361.863	19.981.495	637.954	46.981.313
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	249.399	25.967.761	2.455.038	395.968	29.068.166
Amortizações do período	-	300.700	4.100.970	174.013	4.575.684
Abates	(249.399)	-	(67.602)	-	(317.001)
Saldo final	-	26.268.462	6.488.407	569.981	33.326.849
Activos líquidos	-	93.401	13.493.089	67.973	13.654.463

2009

	Trespasses Goodwill	Programas computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activos					
Saldo inicial	2.738.808	26.081.659	516.484	-	29.336.950
Aquisições	-	122.860	9.932.817	395.968	10.451.645
Transferências	-	157.344	-	-	157.344
Abates	(2.489.409)	-	(40.565)	-	(2.529.974)
Saldo final	249.399	26.361.863	10.408.736	395.968	37.415.966
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.487.665	17.212.349	392.945	-	19.092.958
Amortizações do período	-	8.755.413	2.062.093	395.968	11.213.474
Abates	(1.238.266)	-	-	-	(1.238.266)
Saldo final	249.399	25.967.761	2.455.038	395.968	29.068.166
Activos líquidos	-	394.102	7.953.698	-	8.347.800

As aquisições registadas na rubrica propriedade industrial dizem respeito ao investimento realizado em "comparticipações publicitárias" cuja amortização acompanha a duração dos respectivos contratos. Em caso de rescisão de contratos o valor líquido do activo intangível é imediatamente registado em "gastos e perdas em investimentos não financeiros".
As amortizações do período, no montante de 4.575.684 euros (em 2010), foram registadas em Gastos de depreciação e de amortização.

Vidas úteis

A rubrica Propriedade Industrial inclui activos intangíveis com vida útil finita que varia consoante o contrato entre 2 a 5 anos. A rubrica programas de computador tem uma vida útil definida de 3 anos.
Na rubrica "outros activos intangíveis" está registada a licença referente à emissão de CO2 que é depreciada de acordo com os consumos efectivos dessas emissões. A amortização deste activo registado na rubrica em Gastos de depreciação e de amortização é acompanhado pelo respectivo rendimento registado em "Outros rendimentos e ganhos".

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os períodos findos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2010

	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	101.412.502	101.412.502
Activos líquidos	101.412.502	101.412.502

2009

	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	101.412.502	101.412.502
Activos líquidos	101.412.502	101.412.502

A Sociedade detém uma participação de 14,28% na sociedade Lactalis Nestlé Produits Frais S.A., sediada em França, registada ao custo. A esta participação financeira foram efectuados testes de imparidade que mostraram a capacidade da participada em recuperar o valor contabilístico no montante de 101.400.000 euros.

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2005, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade Nestlé Portugal, S.A.. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registado nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade Nestlé Portugal, S.A..

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2010.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	7.438.190	5.739.237
	7.438.190	5.739.237
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	2.276.731	1.933.710
	2.276.731	1.933.710
Gasto com impostos sobre o rendimento	9.714.921	7.672.947

A reconciliação do imposto corrente apresenta-se como segue:

	2010	2009
Resultado líquido do período	24.637.931	22.249.352
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 26,5%	6.529.052	5.896.078
Diferenças permanentes:		
Impostos	2.407.028	1.590.079
Beneficios fiscais	(544.208)	(440.114)
Outros	(122.363)	148.210
Diferenças temporárias:		
Gastos diferidos para efeitos fiscais	(1.615.997)	(2.123.399)
Activos tangiveis	538.268	217.452
Imparidades	1.192.155	372.704
Outros	(2.391.157)	(400.466)
	5.992.779	5.260.543
Derrama estadual e Tributação autónoma	1.445.411	478.694
Imposto corrente do período	7.438.190	5.739.237

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2010	2009	2010	2009
Provisões não consideradas fiscalmente	806.471	92.598	-	-
Beneficios de reforma (Pensões)	2.185.946	3.377.493	-	-
Gastos diferidos fiscalmente	1.804.773	3.497.317	-	-
Provisão férias não gozadas	-	3.271	-	-
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilistico de:				
Activos tangiveis	-	-	2.684.105	3.107.036
Participações financeiras	-	11.896	23.980.624	23.980.624
Outros passivos	322.092	322.092		
Reavaliações de activos tangiveis	-	-	2.560.574	2.602.584
+ valias diferidas	-	-	145.861	154.119
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Ajustamentos em clientes	410.710	351.942	-	-
Activos fixos tangiveis	17.560	17.560	-	-
	5.547.551	7.674.168	29.371.164	29.844.363

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foi como se segue:

	2010		2009	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	7.674.168	29.844.363	9.178.338	30.161.474
Efeito em resultados:				
Provisões não consideradas fiscalmente	713.873	-	(272.674)	-
Beneficios de reforma (Pensões)	(1.874.141)	-	658.710	-
Gastos diferidos fiscalmente	(1.636.533)	-	(2.627.020)	-
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilistico de:				
Activos tangiveis (Reavaliações legais anteriores a 2009)		(42.010)		(43.855)
Activos tangiveis (Custo considerado na data de transição)		(422.931)		(259.826)
Participações financeiras	(11.896)			
Mais valias diferidas	-	(8.258)	-	(13.430)
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidade em clientes	58.768	-	-	-
Activos fixos tangiveis			(9.838)	-
	(2.749.929)	(473.199)	(2.250.823)	(317.112)
Efeito em reservas:				
Ganhos e perdas actuariais	682.595	-	746.653	-
Derivados	(59.282)	-	-	-
	623.312	-	746.653	-
Saldo final	5.547.551	29.371.164	7.674.168	29.844.362

O saldo inicial dos passivos por impostos diferidos do período de 2009 já contempla o imposto diferido registado na data de transição para o SNC referente à revalorização livre efectuada na rubrica de activos fixos tangíveis "terrenos", e ao custo considerado na data de transição de bens totalmente depreciados a essa data, nos montantes de 2.271.254 euros e de 3.366.862 euros (Ver Nota 14).

10 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2010			2009		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	17.158.311	-	17.158.311	15.957.695	-	15.957.695
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	6.158.104	-	6.158.104	7.319.517	-	7.319.517
Produtos acabados e intermédios	6.182.575	-	6.182.575	6.573.691	-	6.573.691
Produtos e trabalhos em curso	385.945	-	385.945	229.052	-	229.052
	29.884.935	-	29.884.935	30.079.955	-	30.079.955

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	15.957.695	7.325.386	-	23.283.081
Compras	138.719.906	91.075.552	-	229.795.458
Regularizações	(6.688.227)	596.810	-	(6.091.418)
Saldo final	(17.158.311)	(6.163.977)	-	(23.322.288)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	130.831.063	92.833.771	-	223.664.834

	2009			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	17.811.989	9.007.161	-	26.819.149
Compras	127.789.745	87.505.380	-	215.295.125
Regularizações	(6.901.781)	(844.267)	-	(7.746.048)
Saldo final	(15.957.695)	(7.325.386)	-	(23.283.081)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	122.742.258	88.342.887	-	211.085.145

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efectuadas a clientes e mercadoria deteriorada.

Não se encontram registadas no balanço quaisquer perdas por imparidade, nem foram reconhecidas nem revertidas quaisquer perdas por inventários.

A variação dos inventários da produção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010				
	Produtos acabados	Subprodutos	Produtos trab. curso	Outros	Total
Saldo inicial	6.573.691	-	229.052	-	6.802.744
Regularizações	(889.417)	-	-	-	(889.417)
Saldo final	(6.182.575)	-	(385.945)	-	(6.568.520)
Variação dos inventários da produção	(498.301)	-	(156.893)	-	(655.193)

	2009				
	Produtos acabados	Subprodutos	Produtos trab. curso	Outros	Total
Saldo inicial	8.523.578	-	152.838	-	8.676.416
Regularizações	(842.468)	-	-	-	(842.468)
Saldo final	(6.573.691)	-	(229.052)	-	(6.802.744)
Variação dos inventários da produção	1.107.419	-	(76.214)	-	1.031.205

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efectuadas a clientes e a produtos deteriorados.

11 ACTIVOS FINANCEIROS

Categorias de activos financeiros

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhadas conforme se segue:

	2010			2009		
ACTIVOS FINANCEIROS	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	33.238	-	33.238	22.557	-	22.557
Depósitos Bancários: Imediatamente Mobilizáveis						
Millennium BCP	2.895	-	2.895	12.108.588	-	12.108.588
Santander Totta	5.511.202	-	5.511.202	-	-	-
BPI	1.793	-	1.793	1.421.293	-	1.421.293
Citibank	95.523	-	95.523	59.008	-	59.008
BBVA	166	-	166	217	-	217
Cash pooling c/ Nestlé Espanha	6.687.279		6.687.279	-	-	-
	12.332.095	-	12.332.095	13.611.664	-	13.611.664

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Clientes	1.777.876	-	1.777.876	1.884.376	-	1.884.376
	1.777.876	-	1.777.876	1.884.376	-	1.884.376
Correntes:						
Clientes	85.055.776	(9.795.226)	75.260.550	82.067.915	(9.440.338)	72.627.577
Outras contas a receber	2.554.955	(322.278)	2.232.676	4.736.570	(116.665)	4.619.905
	87.610.731	(10.117.505)	77.493.227	86.804.485	(9.557.003)	77.247.482
	89.388.607	(10.117.505)	79.271.102	88.688.862	(9.557.003)	79.131.858

Os valores registados em "Clientes" inclui a estimativa para montantes a conceder aos clientes, no âmbito dos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com clientes, no montante de 20.862.327 euros (2009: 18.425.064 euros).

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Transferências	Utilização	Reversões	Saldo Final
Clientes Gerais						
Clientes Tribunal	4.251.105	1.335.713	-	(322.622)	(95.133)	5.169.063
Clientes em Mora	5.189.233	1.426.524	(694.830)	(162.560)	(1.132.203)	4.626.164
	9.440.338	2.762.238		(485.182)	(1.227.336)	9.795.227
Outras contas a receber						
Outros devedores	116.665	34.551	694.830	-	(523.768)	322.278
	9.557.003	**2.796.789**	**694.830**	**(485.182)**	**(1.751.104)**	**10.117.505**

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Clientes c/c:	74.020.370	537.290	2.121.163	359.602	77.038.426
Clientes Tribunal	-	-	-	5.169.063	5.169.063
Clientes em Mora	342.412	581.659	236.434	3.465.659	4.626.163
	74.362.782	1.118.949	2.357.597	8.994.324	86.833.652

12 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas do activo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Gastos a Reconhecer	1.230.404	1.775.704
	1.230.404	1.775.704

Nesta rubrica encontram-se registados despesas de fornecedores cujo gasto diz respeito ao ano de 2011, no valor de 609.781 euros.

13 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 as rubricas de Activos financeiros detidos para negociação e dos passivos financeiros detidos para negociação apresentavam a seguinte composição:

	2010
Derivados - Potencialmente favoráveis	280.650
Derivados - Potencialmente desfavoráveis	(183.078)
	97.572

Estes activos e passivos são os mencionados na Nota 14 em "Outras Reservas".

14 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 240.000 acções nominativas com o valor nominal de 125,00 Euros, cada.

	2010	2009
Capital		
Valor nominal	30.000.000	30.000.000
Prémios / descontos	13.732.757	13.732.757
	43.732.757	43.732.757

	Valor nominal	Nº de acções
2010		
Acções nominativas	125	240.000
	125	240.000
2009		
Acções nominativas	125	240.000
	125	240.000

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2010 a reserva legal ascendia a 6.000.000€.

Outras reservas

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reservas livres	Pagamentos a empregados com base em acções	Reserva de cobertura	Reserva de conversão cambial	Reserva estatutária	Outras	Total outras reservas
Quantia em 1-1-2009							-
							-
							-
Quantia em 31-12-2009	-	-	-	-	-	-	-
CFH reserve -Commercial (NTC)				61.397			61.397
CFH reserve-Commodity (Nestlé UK)			152.323				152.323
CFH reserve-Commodity (Nestlé España)			9.044				9.044
Imposto diferido Hedge reserve						(57.282)	(57.282)
Quantia em 31-12-2010	-	-	161.367	61.397	-	(57.282)	165.481

Os valores apresentados acima correspondem às alterações do valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada como eficaz dos instrumentos de cobertura do risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas ("Commodity") e dos instrumentos de cobertura dos riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro ("Commercial").

Resultados transitados

A variação em 2010 dos resultados transitados diz respeito a:

- Incorporação do resultado líquido do período anterior no montante de 22.249.352 euros;
- Distribuição de dividendos de 22.659.075 euros;

A rubrica de resultados transitados inclui os montantes de 7.938.923 euros e de 10.120.000 euros referentes a reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais não realizadas e ao montante não realizado do custo considerado na data de transição para o SNC de bens totalmente depreciados a essa data. Estes montantes não se encontram disponíveis para distribuição aos accionistas.

Distribuições

Os dividendos referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2009 atribuídos aos accionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de Março de 2010, a 22.659.075 euros *(84 euros por acção)* (Resultado POC). O seu pagamento ocorreu em Dezembro de 2010.

Revalorizações

O movimento do excedente de revalorização (rubrica "Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis") no período findo em 31/12/2010 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização AFT	Excedente de revalorização total
Saldo no início do período		
Revalorizações (ver Nota 5)	9.277.067	9.277.067
Imposto diferido das Reavaliações	(2.271.254)	(2.271.254)
Saldo no final do período	7.005.813	7.005.813

O montante de 9.277.067 euros (antes de imposto diferido) do excedente de revalorização não se encontra disponível para distribuir aos *accionistas* da Empresa.

Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	(2.051.391)	-
Ganhos e perdas actuariais	(2.575.827)	(2.817.557)
Imp diferido ganhos e perdas actuariais	682.594	746.653
Subsidio investimento	(2.593)	19.513
Licença de Co2:		
Ajustamentos de Transição	-	
Atribuição	241.987	
Utilização	(174.013)	
Saldo final	(3.879.244)	(2.051.391)

Nesta rubrica encontra-se registado as perdas actuariais e o respectivo imposto diferido.

15 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Impostos	1.223.792	1.833.812	(1.191.457)	(32.335)	1.833.812
Processos judiciais em curso	164.940	885.755	(64.940)	(100.000)	885.755
Reestruturações	91.876	3.092.025	(347)	(81.499)	3.102.055
Outras provisões	299.427		(59.018)	(238.409)	2.000
	1.780.035	5.811.591	(1.315.761)	(452.243)	5.823.622

	2009				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Impostos	1.223.792				1.223.792
Processos judiciais em curso	164.940				164.940
Reestruturações	1.267.133	104.575	(12.699)	(1.267.133)	91.876
Outras provisões	330.438			(31.011)	299.427
	2.986.303	104.575	(12.699)	(1.298.144)	1.780.035

No que respeita à provisão de Reestruturações parte do aumento no período de 2009, no montante de 50.000 euros foi registado em gastos com o pessoal.

A provisão de Impostos serve para fazer face a processos fiscais que se encontram em Tribunal.

A provisão de reestruturação será para fazer face à reestruturação de alguns negócios da Empresa, essencialmente o negócio dos Cafés Torrados.

À data de 31 de Dezembro de 2010 e de 31 de Dezembro de 2009 não existem passivos nem activos contingentes.

16 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	54.632.294	49.781.192
Fornecedores, títulos a pagar	-	-
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	17.734.521	17.749.688
	72.366.815	67.530.880

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

		2010			2009			
			Montante utilizado			Montante utilizado		
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	Vencimento
Instituições financeiras:								
Empréstimos bancários:								
Descoberto Bancário	BCP		891.388		120.000.000	40.269.641		Abril 2010
		-	891.388	-	120.000.000	40.269.641	-	
Outros empréstimos obtidos:								
Cash Pooling		50.000.000	37.368.865					-
		50.000.000	37.368.865	-	-	-	-	
		50.000.000	38.260.254	-	120.000.000	40.269.641	-	

A Partir de Outubro de 2010 a Nestlé Portugal juntamente com todas as demais Sociedades do grupo Nestlé em Portugal, passaram a funcionar no sistema Cash Pooling. Desta forma a sociedade apresenta um saldo credor para com a empresa mãe (Nestlé Espanha) referente aos saldos bancários diariamente transferidos para a conta da Nestlé Espanha no montante acima mencionado.

O descoberto bancário vence juros anuais à taxa de 4%, sendo que não existe maturidade definida.

17 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foram utilizados os seguintes pressupostos que originaram os resultados apresentados:

PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS

	2010	2009
Taxa de desconto	4,50%	5%
Retorno esperado dos activos do plano	6,80%	5%
Taxa esperada de crescimento dos salários:		
> 55 anos	2,50%	2,50%
< 55 anos	3,25%	3,25%

RESULTADOS

	2010	2009
Custo dos serviços correntes	1.491.864	1.050.000
Custo de juros	1.795.604	1.959.000
Retorno esperado dos activos do plano	(1.769.356)	(1.559.000)
Curtailment	(5.703.548)	-
Total de gastos	(4.185.436)	1.450.000

A responsabilidade do fundo bem como a composição dos activos do plano apresentam a seguinte composição:

RESPONSABILIDADE

	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	(34.681.188)	(35.912.075)
Justo valor dos activos do fundo	30.233.255	26.019.839
	(4.447.933)	(9.892.236)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo		
	(4.447.933)	(9.892.236)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - pré-reforma	(3.791.425)	(2.853.020)
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	(8.239.358)	(12.745.256)

MOVIMENTOS RESPONSABILIDADE

	2010	2009
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	35.912.075	30.135.635
Custo dos serviços correntes	1.491.864	1.050.000
Custo de juros	1.795.604	1.958.817
(Ganhos)/perdas actuariais	2.548.648	4.102.691
Curtailment	(5.703.548)	-
Benefícios pagos	(1.363.455)	(1.335.068)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	34.681.188	35.912.075

MOVIMENTOS ACTIVOS DO FUNDO

	2010	2009
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	26.020.000	22.934.000
Retorno esperado dos activos	1.770.000	1.559.000
Ganhos/(perdas) actuariais	-26.291	1.285.907
Contribuições para o fundo	3.833.000	1.576.000
Benefícios pagos	(1.363.455)	(1.335.068)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	30.233.254	26.019.839

ACTIVOS DO FUNDO

	Taxa de retorno esperada		Justo valor	
	2010	2009	2010	2009
Instrumentos de capital próprio (Acções)	8,00%	8,00%	15,23%	25,40%
Instrumentos de dívida	5,00%	5,00%	2,32%	7,94%
Imóveis	5,50%	5,50%	9,03%	5,55%

A provisão para benefícios de Pré-reforma, inclui a estimativa para os montantes a liquidar a colaboradores, com os quais foram celebrados acordos de pré-reforma, entre a data da celebração do acordo / data da cessação de funções e a data de inclusão do trabalhador como beneficiário do benefício de reforma ("Fundo de Pensões").

18 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas "Adiantamentos a fornecedores" e "outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Não Correntes		
Outras contas a pagar	(597.198)	(478.268)
	(597.198)	(478.268)
Correntes		
Adiantamentos a fornecedores	2.487.660	506.131
Outras contas a pagar	(26.018.084)	(23.552.749)
	(23.530.423)	(23.046.618)
	(24.127.621)	(23.524.886)

Na rubrica de outras contas a pagar encontra-se registado os encargos referentes a gastos com pessoal (nomeadamente com férias e subsidio de férias e bónus, bem como, o encargo com a respectiva segurança social), no valor total de 10.443.050 euros.

Existem também criados acréscimos de gastos com publicidade referente ao período de 2010 de aproximadamente 4.000.000 euros.

19 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)				
Pagamentos por conta	-	(4.998.678)	7.154.371	-
Estimativa de imposto (Ver Nota 9)	-	7.468.328	(5.931.941)	14.840
Retenção na Fonte	-	7.803	3.684	15.731
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	834.165	-	691.852
Imposto sobre o valor acrescentado	612.255	6.756.420	819.456	6.620.498
Contribuições para a Segurança Social	-	1.047.739	-	1.019.428
Outros Impostos	-	116.462	-	174.555
	612.255	11.232.238	2.045.570	8.536.905

O item mais significativo registado nesta rubrica é o Imposto de Valor Acrescendo (IVA) no valor de 6.144.165. Este valor é referente ao IVA de Novembro e Dezembro pago, respectivamente em Janeiro e Fevereiro de 2011.

20 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos a reconhecer	1.004.808	604.771
	1.004.808	604.771

Nesta rubrica encontra-se registado rendimentos a reconhecer referentes ao projecto Goliath, no valor de 958.766 euros.

21 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Venda de bens	454.822.992	438.388.953
Prestação de serviços	3.494.859	3.483.283
	458.317.851	441.872.235

As vendas são apresentadas líquidas de todos os descontos/pagamentos a clientes, reduções de preço ao consumidor. Este conceito é internamente designado como NNS ("net net Sales"). Alguns exemplos de descontos abrangidos por este conceito são: taxas de não devolução, taxas de centralização, descontos em cupões e comissões a agentes.

As Vendas de Bens aumentaram cerca de 3%, devido essencialmente ao crescimento do negócio Nespresso.

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Subcontratos	939.486	1.046.483
Serviços especializados -Trabalhos especializados	15.615.982	8.877.539
Serviços especializados -Publicidade e propaganda	43.472.618	39.654.494
Serviços especializados - Vigilância e segurança	628.842	583.538
Serviços especializados - Honorários	208.324	1.472.271
Serviços especializados - Comissões	282.647	139.430
Serviços especializados - Conservação e reparação	5.899.627	5.552.595
Serviços especializados - Outros	311.942	255.874
Materiais - Ferr. e utensílios de desg. rápido	304.729	422.730
Materiais - Livros e documentação técnica	37.558	31.757
Materiais - Material de escritório	365.710	294.735
Materiais - Artigos para oferta	8.040	21.535
Materiais - Limpeza, higiene e conforto	99.749	65.740
Materiais - Laboratório	58.692	-
Materiais - Outros	362.321	-
Energia e fluidos - Electricidade	1.645.678	1.547.694
Energia e fluidos - Combustiveis	1.558.155	1.345.744
Energia e fluidos - Água	208.706	227.512
Energia e fluidos - Outros	2.322.542	2.144.086
Deslocações e estadas	1.992.619	1.920.526
Transportes de pessoal	4.401	2.900
Transportes de mercadorias	10.687.330	10.865.904
Serviços diversos - Rendas e alugueres	6.684.426	6.346.505
Serviços diversos - Comunicação	1.009.016	860.298
Serviços diversos - Seguros	634.016	730.098
Serviços diversos - Royalties	21.553.344	21.403.903
Serviços diversos - Contencioso e notariado	460	1.984
Serviços diversos - Despesas de representação	239.098	217.680
Serviços diversos - Limpeza, higiene e conforto	717.686	747.571
Serviços diversos - Outros	7.432.075	11.334.077
	125.285.818	118.115.202

Nesta rubrica estão registados gastos com Publicidade e Propaganda, os quais representam cerca de 34% dos Fornecimentos e Serviços Externos.

Esta rubrica aumentou cerca de 9,5% de 2009 para 2010 essencialmente pelo aumento dos gastos suportados com Publicidade e Propaganda e pelo aumento dos custos com trabalhos especializados. Estes gastos cresceram cerca de 57% derivado do aumento de eventos/demonstrações da marca Nespresso.

Encontra-se, também registado nesta rubrica custos com Royalties, os quais são pagos à Sociéte de Produits Nestlé, e que representam aproximadamente 17% desta rúbrica.

23 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Remunerações dos orgãos sociais		
Remunerações do pessoal	43.077.729	40.768.980
Benefícios pós-emprego	(2.700.595)	4.416.799
Indemnizações	1.433	-
Encargos sobre remunerações	9.669.838	9.416.731
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	312.245	272.988
Gastos de acção social	3.175.471	3.173.889
Outros	7.806.909	6.011.566
	61.343.030	64.060.952

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 1536 (2009: 1478).

Nesta rubrica está registado o Beneficio pós-emprego, Fundo de Pensões.

Em Março de 2011, mas com retroactividade a 01 de Janeiro de 2011, as responsabilidades com pensões passou a ter a natureza de um plano misto; de Contribuição Definida (para os colaboradores activos da empresa); e de Benefício Definido (para os beneficiários do fundo à data de 31 de Dezembro de 2010). Esta alteração de Plano de Beneficio Definido para Plano de Contribuição Definida (no que se refere aos colaboradores activos) gerou em 2010 um rendimento significativo na responsabilidade para benefícios pós emprego (Ver Nota 17).

A redução desta rubrica é justificada pelo rendimento gerado pelo Fundo de pensões (ver Nota 17).

24 DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Activos fixos tangíveis	9.253.588	11.616.916
Intangíveis	4.575.684	11.213.474
	13.829.272	22.830.390

A variação do ano refere-se essencialmente à revisão prospectiva das vidas úteis dos bens, efectuada em 2010.

25 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Rendimentos suplementares:		
Serviços Sociais: Reemb. Seg. Saúde	6.518	6.776
Serviços Sociais: Reemb. Refeitório	5.608	4.050
Outros rendimentos suplementares	14.159.567	16.233.457
Descontos de pronto pagamento obtidos	601	-
Recupereação de dívidas a receber	98	974
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	3.288.522	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	122.377	3.280
Outros	1.722.805	4.105.033
	19.306.097	20.353.570

A variação desta rubrica diz respeito à recuperação de despesas debitadas à participada Cereal Associados de Portugal (CAP) em 2009.

Na rubrica outros encontram-se registados rendimentos com restituição de impostos, nos montantes de 957.552 euros e 265.165 euros referentes a 2010 e 2009, respectivamente.

26 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Impostos	527.091	642.842
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	504
Dívidas incobráveis	321.854	-
Perdas em inventários	1.709.694	2.060.414
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	415.120	72.725
Outros	10.364.764	10.585.575
	13.338.523	13.362.059

Na rubrica outros encontram-se registados gastos com donativos, quotizações, insuficiência de estimativa para impostos e gastos com ofertas e amostras de inventários, nos montantes de 414.895 euros, 104.085 euros, 380.802 euros e 3.169.953 euros referentes a 2010.

27 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010	2009
Juros suportados		
Financiamentos bancários	574.573	11.894
Outros financiamentos	88.629	1.677
	663.202	13.571
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento	187.885	812.337
	851.086	825.908

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010	2009
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	83.584	195.507
Financiamentos concedidos a associadas e entidades conjuntamente controladas	4.388	37.084
Outros	118.737	82.025
	206.708	314.616

28 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100 % pela Nestlé Espanha, S.A.com sede em Barcelona.

No decurso dos períodos findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

Ano 2010:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	34.169.464	-	3.352.387	318.832	22.097.004	-	694.287	2.984
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	26.427.270	-	-	-	13.721.662	-	8.336.516	-
Outras partes relacionadas	106.806.180	-	13.633.416	-	21.098.562	-	4.542.009	-
	167.402.914	-	16.985.803	318.832	56.917.228	-	13.572.812	2.984

Ano 2009:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	30.250.840	35.000	3.351.839	-	20.262.593	-	697.898	37.084
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	51.248.064	-	-	-	27.759.056	-	16.676.576	-
Outras partes relacionadas	110.951.307	-	7.271.702	-	24.443.306	-	4.603.140	161.481
	192.450.211	35.000	10.623.541	-	72.464.955	-	21.977.614	198.565

Em 31/12/2010 e 31/12/2009 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Ano 2010:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	3.649.000	-	-	3.649.000	2.782.000	-	2.782.000
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	7.384.953	-	-	7.384.953	6.955.470	-	6.955.470
Outras partes relacionadas	13.450.634	-	-	13.450.634	21.485.904	-	21.485.904
	24.484.587	-	-	24.484.587	31.223.374	-	31.223.374

Ano 2009:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	3.386.000	-	-	3.386.000	4.189.000	-	4.189.000
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	3.961.201	-	-	3.961.201	5.555.197	-	5.555.197
Outras partes relacionadas	9.317.000	-	-	9.317.000	23.346.000	-	23.346.000
	16.664.201	-	-	16.664.201	33.090.197	-	33.090.197

29 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais facturados no período findo em 31/12/2010 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 134.883 Euros, sendo detalhados conforme se segue:

	Honorários facturados	
Tipo de serviços	2010	2009
Revisão legas das contas anuais	100.783	98.540
Outros serviços de garantia de fiabilidade	34.100	-
	134.883	98.540

30 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em Março de 2011, mas com retroactividade a 01 de Janeiro de 2011, as responsabilidades com pensões passou a ter a natureza de um plano misto; de Contribuição Definida (para os colaboradores activos da empresa); e de Benefício Definido (para os beneficiários do fundo à data de 31 de Dezembro de 2010). Esta alteração de Plano de Beneficio Definido para Plano de Contribuição Definida (no que se refere aos colaboradores activos) gerou em 2010 um rendimento significativo na responsabilidade para benefícios pós emprego (Ver Nota 17).

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLÉ PORTUGAL,S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados		458.317.851	441.872.235
Subsídios à exploração		28.203	
Variação nos inventários da produção		655.193	(1.031.205)
Trabalhos para a própria entidade		285	1.500
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(223.664.834)	(211.085.145)
Fornecimentos e serviços externos		(125.285.818)	(118.115.202)
Gastos com o pessoal		(61.343.030)	(64.060.952)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		(1.045.684)	(1.266.885)
Provisões (aumentos / reduções)		(4.495.830)	(41.876)
Outros rendimentos e ganhos		19.306.097	20.353.570
Outros gastos e perdas		(13.338.523)	(13.362.059)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		49.133.912	53.263.982
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(13.829.272)	(22.830.390)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		(307.410)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34.997.230	30.433.591
Juros e rendimentos similares obtidos		206.708	314.616
Juros e gastos similares suportados		(851.086)	(825.908)
Resultado antes de impostos		34.352.852	29.922.300
Imposto sobre o rendimento do período		(9.714.921)	(7.672.947)
Resultado líquido do período		24.637.931	22.249.352

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLÉ PORTUGAL,S.A.
CONSOLIDADO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangiveis		81.468.161	75.777.034
Activos intangíveis		13.654.463	8.347.800
Clientes		1.777.876	1.884.376
Participações financeiras - outros métodos		101.412.502	101.412.502
Activos por impostos diferidos		5.547.551	7.674.168
Total do activo não corrente		203.860.553	195.095.880
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários		29.884.935	30.079.955
Clientes		75.260.550	72.627.577
Adiantamentos a fornecedores		2.487.660	506.131
Estado e outros entes públicos		612.255	2.045.570
Outras contas a receber		2.232.676	4.619.905
Diferimentos		1.230.404	1.775.704
Activos financeiros detidos para negociação		280.650	-
Activos não correntes detidos para venda		314.180	63.338
Caixa e depósitos bancários		12.332.095	13.611.664
Total do activo corrente		124.635.405	125.329.844
Total do activo		328.495.958	320.425.724
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado		30.000.000	30.000.000
Prémios de emissão		13.732.757	13.732.757
Reservas legais		6.000.000	6.000.000
Outras reservas		165.481	-
Resultados transitados		57.736.604	58.146.326
Excedentes de revalorização		7.005.813	7.005.813
Outras variações no capital próprio		(3.879.244)	(2.051.391)
		110.761.411	112.833.505
Resultado líquido do período		24.637.931	22.249.352
Total do capital próprio		135.399.342	135.082.857
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		5.823.622	1.780.035
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		8.239.358	12.745.255
Passivos por impostos diferidos		29.371.164	29.844.363
Outras contas a pagar		597.198	478.268
Total do passivo não corrente		44.031.341	44.847.921
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		72.366.815	67.530.880
Estado e outros entes publicos		11.232.238	8.536.905
Financiamentos obtidos		38.260.254	40.269.641
Outras contas a pagar		26.018.083	23.552.749
Diferimentos		1.004.808	604.771
Passivos financeiros detidos para negociação		183.078	-
Total do passivo corrente		149.065.274	140.494.946
Total do passivo		193.096.616	185.342.867
Total do capital próprio e do passivo		328.495.958	320.425.724

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLE PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2010

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2010		30.000.000			13.732.757	6.000.000		58.146.326	-	7.005.813	(2.051.391)	22.249.352	135.082.857
Alterações no período:													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos	14	-	-	-	-	-	(57.282)		-	-	682.594	-	625.312
Efeito de aquisição / alienação de participadas													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:	14	-	-	-	-	-	222.764	-		-	(2.510.447)	-	(2.287.683)
xxx												-	-
xxx													-
		30.000.000	-	-	13.732.757	6.000.000	165.481	58.146.326	-	7.005.813	(3.879.244)	22.249.352	133.420.485
Resultado líquido do período												24.637.931	24.637.931
Resultado integral												46.887.283	158.058.417
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Distribuições	14	-	-	-	-	-	-	(22.659.075)	-	-	-	-	(22.659.075)
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações	14	-	-	-	-	-	-	22.249.352		-	-	(22.249.352)	-
		-	-	-	-	-	-	(409.722)	-	-	-	(22.249.352)	(22.659.075)
Posição no fim do período 2010		30.000.000	-	-	13.732.757	6.000.000	165.481	57.736.604	-	7.005.813	(3.879.244)	24.637.931	135.399.342

Técnico Oficial de Contas

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração

Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2009

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2009		30.000.000			13.732.757	6.000.000		144.434.150		6.602.961		27.106.627	227.876.496
													-
Alterações no período:													-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2 / 14	-	-	-	-	-	-	12.300.036		402.852	144.482	-	12.847.370
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	746.653	-	746.653
Efeito de aquisição / alienação de participadas													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.942.526)	-	(2.942.526)
		30.000.000	-	-	13.732.757	6.000.000	-	156.734.186	-	7.005.813	(2.051.391)	27.106.627	238.527.992
Resultado líquido do período												22.249.352	22.249.352
Resultado integral												49.355.980	260.777.345
Operações com detentores de capital no período													
Distribuições	14	-	-	-	-	-	-	(125.694.488)	-	-	-	-	(125.694.488)
Outras operações	14	-	-	-	-	-	-	27.106.627	-	-	-	(27.106.627)	-
		-	-	-	-	-	-	(98.587.860)	-	-	-	(27.106.627)	(125.694.488)
Posição no fim do período 2009		30.000.000	-	-	13.732.757	6.000.000	-	58.146.326	-	7.005.813	(2.051.391)	22.249.352	135.082.857

Técnico Oficial de Contas

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração

Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

	2010		2009	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	457.019.307		657.037.559	
Pagamentos a fornecedores	(337.659.406)		(498.167.692)	
Pagamentos ao pessoal	(65.971.386)		(62.733.308)	
Caixa gerada pelas operações	53.388.515		96.136.560	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(4.681.793)		(6.152.033)	
Outros recebimentos / pagamentos	852.549		(9.279.502)	
Fluxos das actividades operacionais [1]		49.559.271		80.705.024
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	(15.982.313)		(14.414.358)	
Activos intangíveis	(9.966.414)		(10.013.613)	
Investimentos financeiros	(97.572)		-	
Outros activos		(26.046.298)		(24.427.971)
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	218.028		73.540	
Activos intangíveis	-		-	
Investimentos financeiros	-		798.181	
Outros activos				
Subsídios ao investimento	2.593		-	
Juros e rendimentos similares	506.385		1.264.876	
Dividendos	-	727.007	-	2.136.597
Fluxos das actividades de investimento [2]		(25.319.292)		(22.291.374)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	-		-	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Cobertura de prejuízos				
Doações				
Outras operações de financiamento		-		-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-		-	
Juros e gastos similares	(851.086)		(827.264)	
Dividendos	(22.659.075)		(125.694.488)	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Outras operações de financiamento		(23.510.161)		(126.521.752)
Fluxos das actividades de financiamento [3]		(23.510.161)		(126.521.752)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**729.819**		**(68.108.102)**
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		(26.657.978)		41.450.125
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(25.928.159)		(26.657.978)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Contas Consolidadas

Exmos. Senhores Accionistas da
Nestlé Portugal, S.A.

1 De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Nestlé Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração da Nestlé Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2 Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa, da sua subsidiária e do empreendimento conjunto. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.

3 Como consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, sem reservas e sem ênfases.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

i) o Relatório consolidado de gestão;

ii) as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 8 de Setembro de 2011

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Nestlé Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período

Lisboa, 8 de Setembro de 2011

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Nestlé Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 328.495.958 euros e um total de capital próprio de 135.399.342 euros, incluindo um resultado líquido de 24.637.931 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.